

ANEXOS:

- 1) Comunicação Interna nº 003/2017 acompanhada da Proposta nº 001/2017 (GAESF);
- 2) Certidão com ratificação da Proposta nº 001/2017;
- 3) Lei 11.639 de 18 de janeiro de 2010, que cria os cargos de Promotor de Justiça para atuação em Promotoria de Justiça Especializada em Combate à Sonegação Fiscal, de âmbito regional;
- 4) Resolução nº 06/2011 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas em Combate à Sonegação Fiscal de âmbito regional;
- 5) Nota Técnica com Rankings elaborados pela Subunidade de Matemática e Estatística da Corregedoria no âmbito do procedimento nº 003.0.16295/2017 (Comissão de Reestruturação das Promotorias de Justiça do Interior);
- 6) Resoluções do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que autorizam a instalação das Varas da Justiça pela Paz em Casa no interior do Estado da Bahia: Resolução nº 01, de 22 de janeiro de 2010 (Feira de Santana), Resolução nº 01, de 28 de janeiro de 2015 (Vitória da Conquista), Resolução nº 07, de 12 de junho de 2015 (Juazeiro), Resolução nº 19, de 18 de setembro de 2015 (Camaçari);
- 7) Ofícios solicitando a criação de Promotorias Especializadas em Violência Doméstica em Vitória da Conquista e Feira de Santana;
- 8) Ofícios solicitando a criação de Promotorias de Justiça em Camaçari e em Juazeiro;
- 9) Correição ordinária CGMP recomendando a necessidade de criação de Promotoria de Justiça especializada no âmbito de atuação afeta à temática de violência doméstica.